

No judaísmo temos claramente o papel dos sexos: Um olhar sobre o gênero numa comunidade ortodoxa

Erica Aparecida Gomes Rocha & Amanda Bartolomeu Santos*

Resumo: A proposta desse trabalho é estudar as relações de gênero no contexto da religião judaica, refletindo sobre as construções sociais das identidades de gênero associadas às cosmologias e formas de comportamentos previstos pelo sistema religioso. Para tal, foi entrevistado o rabino de uma comunidade ortodoxa de Belo Horizonte. Pudemos perceber que as relações de gênero no judaísmo estariam ligadas aos sexos e explicações relacionadas ao “biológico” ou a características imputadas pelo divino, com a ideia de uma predisposição natural do feminino para certas atividades e do masculino para outras. Nesse sentido, o ideal de vida judaico influencia e justifica a forma como homens e mulheres devem se colocar em atividades cotidianas. Além disso, comparando diferentes correntes do judaísmo, sugerimos também implicações das noções de gênero sobre a forma como a religião se define, sobre suas crenças e práticas.

Palavras chave: religião, gênero, judaísmo, antropologia.

A ideia inicial desse trabalho era estudar as relações de gênero, principalmente, no contexto familiar, em uma comunidade judaica. Para tal, pensamos em entrar em contato com uma comunidade de judeus ortodoxos de Belo Horizonte. Nossa ideia era entrevistar membros, acompanhar as cerimônias e o cotidiano da sinagoga ou de uma família judia. Conseguimos apenas uma entrevista com o rabino da comunidade, entrevista significativa para o trabalho, na medida em que um rabino é, segundo suas próprias palavras, um judeu que se dedica mais ao estudo da religião. Nesse sentido, nosso interlocutor pode nos dar uma noção do que seria o ideal de vida de um/a judeu/ia.

No que se refere à proposta de estudar “relações de gênero”, talvez, seja interessante situar o contexto teórico em que trabalhamos. O uso do termo “gênero” surgiu no feminismo como forma de dar ênfase ao caráter social das distinções baseadas nos sexos, negando um determinismo biológico implícito em termos como diferença sexual. Sendo que “gênero”, como categoria analítica, surge nos anos 80, como uma resposta ao feminismo, enfatizando seu aspecto relacional.

A distinção entre “sexo” e “gênero” é característica da conhecida como “segunda fase do feminismo”, como sugere Pierucci (2007), sendo “sexo” colocado como o substrato biológico sobre o qual seriam construídas as práticas socioculturais de “gênero”. No entanto, nesse momento, o motor do feminismo era o discurso da universalidade, sendo que o fato da opressão da mulher, tomado como universal, permitira a criação da Mulher enquanto categoria universal. Nesse sentido, apesar de se falar em “gênero” – como construção cultural – essa universalidade da

* Graduandas em Ciências Sociais - UFMG

categoria pressupunha a ligação de uma identidade de todas as mulheres à sua natureza fisiológica, seu organismo – ligado à função reprodutora – seria a base de sua subordinação (FRANCHETTO, 1981).

Essas propostas podem levar a um essencialismo, colocando a Mulher como uma categoria única em oposição ao Homem, ambos universalizados. Assim, considerar a pluralidade de experiências femininas levava à necessidade de novas abordagens, que não negassem as diferenças “entre mulheres”, percebendo também que a identidade de gênero estaria ligada a outros aspectos, como posição social e pertença cultural (PIERUCCI, 2007).

Com influências pós-estruturalistas (como Derrida e Foucault, por exemplo) autoras, como Scott, passam a uma preocupação com significados vistos como “dinâmicos, instáveis, abertos à disputa e redefinições, pedindo, por consequência, uma repetição, reafirmação por aqueles que endossam uma definição” (SCOTT, 1994[1988]). Nesse sentido, os significados seriam estabelecidos através de processos conflitivos, jogos de forças contínuos, sendo preciso, então, estudar as tensões relacionadas à legitimação de um significado sobre os outros.

Scott (1994[1988]) define gênero como um saber – no sentido foucaultiano, como produto de jogos discursivos de significados – a respeito das diferenças sexuais, e nos propõe que ao invés de aceitarmos a oposição binária – masculino e feminino – como real ou auto-evidente na natureza das coisas, deveríamos analisar a forma como ela operaria, revertendo e deslocando sua construção hierárquica. O pós-estruturalismo proporia a desconstrução desses binarismos, criticando as oposições e propondo uma necessidade de historicização, bem como uma análise contextualizada. Gênero deveria então, ser analisado concretamente, contextualmente, sendo considerado como um fenômeno histórico, produzido, reproduzido e transformado ao longo do tempo.

No que se refere ao contexto em que nos propusemos a trabalhar, ligamos várias vezes para conseguir a entrevista com o rabino, para que ele nos falasse sobre a questão da família no judaísmo. Ao chegarmos à sinagoga para a entrevista, nos apresentamos dizendo que éramos estudantes de antropologia e estávamos interessadas na questão da família judaica, em especial sobre as relações de gênero, e começamos a tentar explicar o porquê de uma pesquisa antropológica naquela comunidade... Mas ele foi direto: “Vocês querem saber sobre família, né? Vamos ver, o que vocês precisam saber...”

A primeira coisa que precisávamos saber: “No judaísmo não há igualdade, nós temos claramente o papel dos sexos, no sentido de um completando o outro.” Pudemos perceber que as relações de gênero no judaísmo estariam diretamente ligadas aos sexos, a explicações relacionadas ao “biológico” ou a características imputadas pelo divino, com a ideia de uma predisposição natural do feminino para certas atividades, por sua capacidade de gestação, e do masculino a outras atividades por uma suposta força muscular superior. A metáfora usada pelo rabino em sua explicação foi que homem e mulher são como cérebro e coração, o corpo não funciona sem um dos dois, se um para de funcionar, o outro também para. E “não devemos tentar substituir um

ao outro”.

Por natureza, a tarefa do homem é ser provedor, enquanto a mulher tem que dividir seu dia entre administração da vida do lar, educação de seus filhos, e de toda a família com paciência e extrema competência, com todas as qualidades que a Divina Providência tão generosamente lhe conferiu (<http://www.chabad.org.br>).

Em *A religião como sistema simbólico*, Geertz (1989) sugere que a religião teria a capacidade de servir, para um indivíduo ou grupo, como fonte de concepções do mundo, de si próprio e de suas relações, induzindo disposições e motivações, um modo *da* atitude. Ao mesmo tempo em que forneceria um modelo *para* a atitude, definindo uma imagem da ordem cósmica, um conjunto de concepções metafísicas. As religiões apresentariam uma ideia da ordem cósmica, e permitiriam que as relações sociais fossem apreendidas, não apenas interpretando, mas modelando processos sociais e psicológicos.

Assim, o ideal de vida judaica influencia e justifica a forma como mulheres e homens devem se colocar nas atividades da vida cotidiana, em casa ou na sinagoga. Nesse sentido, a mulher é “liberada” da obrigação de cumprir alguns preceitos, e, dessa forma, se determina as prioridades a que ela deve dedicar seu tempo. Dentre as obrigações de que ela está liberada está a de comparecer à sinagoga.

Em casa e na sinagoga

Um serviço religioso importante no judaísmo é a leitura da Torá (o Pentateuco). A Torá é retirada da Arca Sagrada, e lida sobre um estrado elevado no centro da sinagoga. Essa leitura é feita ritualmente aos sábados pela manhã, sendo que o texto bíblico é dividido em 54 partes, chamadas *parshiot*, de modo que a leitura de toda a Torá se completa em um ano, conforme nos explicou nosso entrevistado. Para cada leitura, são chamados sete homens, maiores de treze anos (iniciados), sendo que para que aconteça, é preciso um quorum mínimo de dez homens.

Na sinagoga que visitamos, há um espaço para as mulheres fazerem suas orações e um espaço para os homens – sendo que o dos homens é o principal, em que está a Arca com a Torá. Durante as leituras, as mulheres acompanham atrás, e, sem que perguntássemos, o rabino esclareceu que na nova sinagoga, que está sendo construída ao lado da atual, haverá um espaço para que as mulheres fiquem ao lado. Mas, sempre lembrando que as mulheres não têm obrigação de ir à sinagoga.

O interior da sinagoga é um espaço sóbrio e sem excessos, sem muitos ornamentos, sendo evitadas imagens e esculturas. Observa-se apenas a presença do *Aron haKodesh*, a Arca Sagrada, que contém os rolos da Torá, na parte oriental, ou seja, na direção de Jerusalém, para onde os fiéis se dirigem durante as cerimônias. Os rolos da Torá são cobertos por tecidos ornamentados, e são objetos de atenção especial, sua retirada e recondução à Arca requerem todo um rito e é acompanhada por cantos.

Segundo o rabino, ao contrário de outras grandes religiões em que o centro da vida religiosa é o templo, muitos preceitos do judaísmo são para serem cumpridos

no lar. Por exemplo, durante o *Shabat* – do pôr-do-sol da sexta feira ao pôr-do-sol de sábado, dia de descanso que representa o sétimo dia do Gênesis, após os seis dias de criação; marcado por três refeições festivas e uma série de restrições, há 39 atividades proibidas – a casa tem que ser preparada, limpa; as pessoas usam roupas novas, especiais; e as refeições especiais são feitas em família. Como não se trabalha, segundo o rabino “as pessoas são meio que forçadas a ficar em casa... de certa maneira, força-se o convívio”.

É interessante notar como esses espaços são associados à presença dos gêneros, a sinagoga seria o lugar do masculino e a casa o lugar do feminino. Há uma grande valorização da maternidade e, além disso, cabe à mulher a educação dos filhos, o cuidado com a casa, e a preparação desta para ocasiões especiais, sendo liberada da obrigação de comparecer à sinagoga, para se dedicar a esses trabalhos. Podemos retomar DaMatta (1997), em *Casa, rua e outro mundo: o caso do Brasil*, em que nos mostra como a casa pode ser associada a um espaço de calma, repouso, e hospitalidade, e às nossas noções como amor, carinho e calor humano. Nesse sentido, o autor nos mostra como o estudo do espaço de uma sociedade pode nos levar a questões importantes de sua dinâmica e de seus sistemas rituais.

(...) pode-se dizer que o espaço não existe como uma dimensão social independente e individualizada, estando sempre misturado, interligado ou “embebido” – como diria Karl Polanyi – em outros valores que servem para orientação geral (DAMATTA, 1997, p. 30).

Assim, seguindo a perspectiva de DaMatta, podemos pensar nos espaços como esferas de significação social, que além de separar contextos e configurar atitudes, possuiriam visões de mundo e éticas específicas. Seriam esferas de sentido na constituição da própria realidade, permitindo a normatização e moralização do comportamento. Dessa forma, espera-se que os espaços demarquem mudanças de atitudes, gestos, assuntos, e “papéis” sociais.

Maternidade e casamento

Após o rabino ter demonstrado as atividades que se espera de uma mulher, perguntamos sobre as profissões mais usuais entre as mulheres. A resposta não foi muito específica, apenas nos disse que são profissões para as quais a mulher teria “mais natureza, mais aptidão para elas”, por exemplo, não mandariam uma mulher “trabalhar com um fuzil”.

Valorizando a maternidade, os judeus ortodoxos são contrários ao planejamento familiar. Nas palavras do rabino, a maternidade é algo próprio da mulher, e, como exemplo, ele chama atenção para a forma como seguramos nossas bolsas que, segundo ele, seria análoga à forma como se segura um bebê. Consideramos que a forma como colocamos nossos corpos são construídas culturalmente, e como nos mostra Mead (1971), mesmo os hábitos musculares variam conforme culturas. É

interessante, nesse sentido, como o discurso do rabino coloca essa construção cultural como uma forma “natural”, inata ao sexo feminino, legitimando a forma como se dão as relações de gênero.

Pensando nessa importância da maternidade para uma judia, perguntamos sobre a impossibilidade de gravidez. Ele disse que há por parte da comunidade um apoio aos casais e um incentivo da busca de métodos de fertilidade, no entanto, alguns métodos não são aceitos, como “barrigas de aluguel”, ou inseminação com sêmen que não seja do marido. Ao pedirmos sugestões de leitura sobre o judaísmo, o rabino nos sugeriu o site da comunidade brasileira Beit Chabad. Neste site, há uma seção denominada “A mulher no judaísmo”, sendo que nesta, dos quinze textos escritos em sua maioria por judias, seis eram diretamente relacionados à maternidade, sendo um aspecto recorrente a expectativa para se conseguir engravidar. Além desse tema, os outros tratavam dos preceitos para as mulheres, com depoimentos pessoais, exemplos de dificuldades enfrentadas o para seu cumprimento, exemplos de superação, dicas para realização, bem como “bênçãos” que eles trariam.

É interessante notar o fato de que, para o judaísmo ortodoxo, é considerado judeu aquele que é filho de mãe judia, nas palavras do rabino: “um judeu é aquele que tem mãe judia, nossa essência vem da mulher”. Se um homem se casa com uma judia seu filho será judeu; enquanto o filho de um judeu com uma não-judia não será judeu. Perguntamos pela possibilidade de conversão ao judaísmo, e o rabino nos explicou que, não sendo pelo casamento, a conversão se dá diante da aceitação de todos os preceitos do judaísmo perante um quórum rabínico.

Nosso entrevistado nos contou que, na época em que o povo judeu recebeu os mandamentos, para que se tornassem merecedores de receber a Torá, houve uma circuncisão coletiva – marcando o final da escravidão – e um banho ritual. Esse banho ritual, a imersão num *micvê*, – uma junção de águas de fonte natural, como uma piscina construída de uma forma específica – é uma das *mitsvot* – deveres, mandamentos – da mulher. A mulher deve submergir em águas sagradas na noite anterior ao seu casamento, e depois repetir este ato todos os meses, o que santifica seu matrimônio e traz bênçãos ao lar. A conversão envolve também a imersão no *micvê*, para as mulheres, e a circuncisão para os homens.

Um aspecto interessante que pudemos notar é que, ao contrário de outras religiões que normalmente se empenham na conversão de mais fiéis, não observamos esse interesse na conversa com o rabino ou nas leituras nos sites da comunidade. Encontramos na seção “Perguntas e Respostas” do site, uma questão que nos indica uma explicação possível. A pergunta era exatamente por que o povo judeu não encoraja o resto da sociedade a se converter ao judaísmo. A resposta dada foi no sentido de que não é necessário que alguém se converta ao judaísmo para ser uma pessoa “boa”, ou “ética”. A ideia é de que a Torá é uma verdade para toda a humanidade, não apenas para judeus, e “As sete Leis da Nôach” – não matar; não roubar; não adorar deuses falsos; não ser sexualmente imoral; não comer membro de um animal antes que seja morto; não blasfemar; estabelecer cortes e levar os ofensores à justiça – seriam as *mitsvot* para não-judeus observarem, sendo que estas

permitem que tenham lugar no céu.

Pedimos ao rabino que nos falasse um pouco sobre as cerimônias da comunidade. Sua primeira resposta foi “mas aí, vocês estão fugindo do assunto”, afinal nosso tema era família. Para nós, nosso tema eram as relações de gênero, e essas perpassam os diversos aspectos da vida da comunidade, e os rituais seriam momentos interessantes para nosso estudo. Mas nosso interlocutor sabia “o que precisávamos saber”, então continuou falando sobre o que seriam cerimônias para a família.

Explicou-nos que as cerimônias seriam uma espécie de ritos de passagem judaicos. Em relação ao nascimento, o menino com oito dias de vida é circuncidado, numa cerimônia em que recebe, além do nome civil, o nome judeu. Para as meninas pode haver uma leitura da Torá, e elas também recebem o nome judeu.

Há também as cerimônias que marcam o início da vida religiosa, que seriam o *Bar Mitzvá* e o *Bat Mitzvá*, que literalmente poderíamos traduzir como filho do mandamento e filha do mandamento. Com as meninas ocorre aos 12 anos, mas, segundo o rabino, não traz grandes mudanças para a vida da mulher. Em compensação, para os homens, há grande impacto, ocorrendo aos treze anos. A partir dessa iniciação, o menino pode ser chamado para a leitura da Torá, pode ler em hebraico para a comunidade em algumas rezas, e passa a poder utilizar o *Tefilin* – duas caixas de couro, com um pergaminho com trechos da Torá, ligadas a tiras de couro; uma peça usada no braço esquerdo de maneira a ficar próxima ao coração, e a outra acima da testa sobre o cérebro; seu uso representaria um sinal de envolvimento e identificação com os valores judaicos; devem ser colocadas todos os dias durante as orações da manhã.

O próximo rito seria o casamento que, segundo o rabino, é considerado uma consagração, a cerimônia em que a mulher é consagrada, tornando-se exclusiva para o homem, sendo que, como o rabino ressaltou, “antigamente, o homem podia ter várias mulheres, hoje não pode mais”. O marido dá uma aliança que consagra a mulher, e esta recebe também o contrato de casamento, que resguardaria seus direitos. O rabino nos disse que o judaísmo tem 3300 anos, e que são 3300 anos protegendo os direitos da mulher, principalmente através desse contrato de casamento. Em suas palavras: “Homem aqui não tem vez!”. Esse contrato especifica as responsabilidades do marido com a esposa que seriam provê-la com alimento, roupa e “direitos conjugais”, e sua assinatura demonstraria que os noivos veem o casamento não só como uma união física e emocional, mas como um compromisso legal e moral. Outro aspecto interessante é que os judeus ortodoxos aceitam o divórcio, segundo o rabino, “desde que em comum acordo”.

No casamento, duas pessoas separadas se unem como iguais. Elas fundem o afeto que sentem uma pela outra e se unem. As tábuas eram feitas de uma substância material – a pedra – mas a inscrição era Divina, uma escritura Celestial (gravada na pedra). O casamento significa união física, mas esta união deve conter também os elementos espirituais do

respeito, afeto, lealdade e devoção. Estes são atributos que aliviam as responsabilidades contraídas no casamento, assim como as letras Celestiais faziam com que as tábuas ficassem leves para que *Moshê* as pudesse carregar (<http://www.chabad.org.br>).

Perguntamos sobre a possibilidade de acompanharmos alguma cerimônia na sinagoga, a resposta do rabino: “Bem, vocês estão vendo como são nossas instalações, os encontros são mais voltados para a comunidade mesmo...”. De fato, o espaço não é muito amplo, pelo que calculamos, para menos de cinquenta pessoas – e cinquenta e duas nem pensar.

Judias e judias

Em seguida, perguntamos sobre outras correntes do judaísmo, já que nossas leituras indicavam a existência de movimentos ortodoxos, conservadores, reformistas e reconstrucionistas: “Como rabino ortodoxo, te falo que existem dois tipos de judeus: observantes e não observantes. Não concordo com judeus reformistas. Há judeus mais e menos religiosos”. Perguntamos sobre outras comunidades em Belo Horizonte, ele nos disse que existe uma reformista. Perguntamos, em seguida, pela quantidade de fiéis da comunidade, pelo espaço que víamos... Sua resposta não foi muito precisa, apenas podia nos dizer que tinham praticamente o mesmo público que eles [os reformistas].

Em nosso levantamento bibliográfico, encontramos um texto que nos chamou atenção: *O lugar da mulher no judaísmo*, escrito por uma rabina. Rabina? Pelo que o rabino nos disse, as principais atividades da sinagoga, e o estudo da religião, eram atividades para homens. A rabina Sandra Kochmann, autora do texto, é a primeira mulher a desempenhar a tarefa no Brasil, sendo formada por um movimento conservador argentino. Ela começa o texto nos dizendo que o lugar da mulher no Judaísmo variou segundo o contexto histórico, político e social, e, ao longo do texto, ela nos dá um pouco de sua visão sobre contextos históricos: “Acompanhando as mudanças do papel da mulher na sociedade em geral, os movimentos religiosos liberais judaicos permitem a participação igualitária da mulher judia em todos os níveis, inclusive a ordenação de mulheres rabinas” (KOCHMANN, 2005, p. 35).

Segundo a rabina Kochmann (2005), no tempo bíblico, as mulheres dos patriarcas eram ouvidas, respeitadas e admiradas, e participavam ativamente das celebrações sociais, dos atos políticos e econômicos, tendo voz tanto no campo privado como no público. Com o passar do tempo, por forças de influências estrangeiras, principalmente a grega, é que as mulheres passaram a ficar “relegadas ao lar”. Essa situação foi expressa nas leis judaicas e permanecem até hoje.

As evoluções do papel da mulher que se processaram ao longo do século XX levaram a mulher judia a exigir igualdade de gêneros em todas as fases da vida judaica, tanto na sinagoga quanto no lar. No entanto, nem todas as correntes religiosas judaicas, nem a sociedade em geral, ainda estão prontas para isso (KOCHMANN, 2005, p. 35-36).

Pudemos notar, claramente, a diferença entre as concepções das diferentes correntes do judaísmo contrapondo o texto da rabina aos textos de outras judias do site da comunidade brasileira Beit Chabad.

O primeiro aspecto discutido pela rabina é uma das bênçãos matinais, que os homens devem recitar todos os dias: “Benditos sejas Tu, Eterno, nosso Deus, rei do Universo que não me fizeste mulher.” Segundo ela, não é agradável para nenhuma mulher ouvir essa bênção, que já incomodou várias gerações. Mas, no site da comunidade Beit Chabad, na seção “A mulher no judaísmo” encontramos o texto *Que não me fez mulher...*, sem autoria determinada – no lugar em que nos outros textos está o nome do autor, aparece “*mitsvot* especiais das mulheres” –, e, nesse texto, coloca-se que essa bênção pode gerar polêmicas e interpretações equivocadas:

No entanto, não devemos nos impressionar ou sermos levados pelas aparências ou por interpretações pessoais. Qualquer um familiarizado com a alta estima na qual a mulher judia é tida na Torá e com o lugar o qual ocupa na vida judaica, não será ingênuo a ponto de pensar que esta bênção reflete algo negativo sobre a feminilidade judaica. Os mandamentos possuem um sentido mais profundo (BEIT CHABAD: sua referência judaica na internet).

Como já mostrado em citação anterior – do mesmo texto –, vê-se como tarefa do homem, ser provedor, enquanto a mulher deve cuidar da administração do lar, conforme suas qualidades naturais conferidas pela Divina Providência. E, como suas tarefas exigem muita disciplina e dedicação, e em consideração à importância desses deveres conjugais e maternos, a Torá eximiu a mulher da obrigação de cumprir certas *mitsvot*, principalmente, as que têm momentos certos para serem cumpridas, “Neste aspecto, portanto, a mulher judia é antes “privilegiada”” (<http://www.chabad.org.br>).

Mas, segundo a rabina Kochmann (2005), essa concepção do “lugar” da mulher na sociedade judaica vem da época do *Talmud*, época em que foram estabelecidas regras para o dia-a-dia judaico, baseadas na interpretação dos textos bíblicos pelos rabinos homens, que receberam influência direta da sociedade grega em que estavam inseridos. Nesse sentido, algumas correntes “mais liberais” judaicas substituíram a bênção “que não me fizeste mulher”, recitada pelos homens, e “que me fizeste segundo Tua vontade” recitada pelas mulheres, por “que me fizeste à Tua imagem”.

Para a rabina, essa priorização das tarefas femininas voltadas ao lar, tendo como consequência a limitação da função religiosa, faz com que a mulher fique subordinada ao marido, ao lar, às crianças; enquanto liberada de cumprir preceitos divinos, teria seu tempo – este que para os homens seria símbolo de liberdade – controlado. “Em uma tradição onde a obrigação de cumprir os preceitos divinos é considerada uma grande honra, prova da escolha e do amor divinos, a isenção da mulher de certas obrigações se cobre de outros significados.” (KOCHMANN, 2005, p. 38).

Uma leitura mais “liberal”¹ do judaísmo defenderia a seguinte interpretação: apesar de estar “liberada”, não está “proibida”, assim, a mulher tem a liberdade de assumir ações de que foi liberada se assim o desejar, podendo assumir obrigações religiosas, até se formar como rabiná. E, segundo Kochmann (2005), apesar de algumas mulheres ortodoxas desejarem uma participação maior no seio da religião, são proibidas por seus rabinos citando fontes cuja interpretação justificaria a proibição. Alguns movimentos ortodoxos concedem à mulher o direito de conduzir serviços religiosos e ler a Torá, mas apenas em grupos só de mulheres. Na comunidade ortodoxa de Belo Horizonte, não nos foi dito que a mulher poderia fazer a leitura da Torá, mas o rabino nos disse, ao se referir à sua esposa, que a mulher do rabino tem um papel muito especial, exercendo com as mulheres o mesmo papel que o rabino exerce com os homens.

Podemos notar como o discurso “liberal” da rabiná trabalha com a noção de “lugar” da mulher. Optamos por tratar de “relações de gênero” (SCOTT, 1995), ressaltando como a ideia de papéis adequados para homens e mulheres são construções culturais, e considerando que mulheres e homens devem ser definidos em termos recíprocos, compreendidos em relações.

Entre as implicações do gênero como elemento constitutivo das relações baseadas nas diferenças percebidas, conforme mostrado por Scott (1995), estão conceitos normativos que interpretam símbolos tentando conter suas possibilidades metafóricas. Segundo a autora, esses conceitos estão expressos em doutrinas religiosas e tomam a forma de uma oposição binária fixa, afirmando de maneira categórica o significado do homem e da mulher. Dessa forma, ligam suas práticas a um papel tradicional da mulher, ainda que não haja muitos antecedentes históricos que testemunhariam a existência não contestável desse papel. As interpretações das correntes mais “liberais” do judaísmo nos mostram exatamente uma contestação dessa historicidade.

Vemos, portanto, como na religião a referência ao gênero pode-se fazer como se se tratasse de algo certo e fixo, fora de toda construção humana, como parte de uma ordem natural ou divina. Assim, como nos sugere Scott (1995), para buscar o significado das relações de gênero, precisamos lidar com o sujeito individual, bem como com a organização social, e articular a natureza de suas relações. Considerando, como sugerimos de início, que a religião ofereceria um modelo *de e para* a organização social, percebemos como tem implicações nos significados dos gêneros.

Scott (1995) coloca que gênero e sociedade teriam uma natureza recíproca, de forma que, em contextos particulares, a política construiria o gênero e o gênero construiria a política. Nesse sentido, poderíamos sugerir que o gênero teria também implicações sobre a forma como se definem as crenças religiosas, pensando nas diferenças entre as correntes de judaísmo. De certa forma, o discurso sobre o gênero retoma e legitima o religioso, ao mesmo tempo em que também se constrói a partir desse.

¹ Ao nos referirmos a movimentos, ou leituras, como liberais, estamos utilizando a terminologia proposta por Kochmann (2005), que coloca como liberais os movimentos Reformista, Conservador, e Reacionista.

Lauretis (1994) nos mostra como o gênero é uma representação, que tem também implicações concretas, subjetivas e sociais. E essa representação é a sua própria construção, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, essa construção também possa se dar em sua desconstrução, como pudemos ver no texto da rabina sobre o “lugar” da mulher. Nesse sentido, podemos pensar também como essa representação tem implicações nas próprias identidades subjetivas.

Ao afirmar que a representação social de gênero afeta sua construção subjetiva e que, vice-versa, a representação subjetiva do gênero – ou sua auto-representação – afeta sua construção social, abre-se uma possibilidade de agenciamento e auto-determinação ao nível subjetivo e até individual das práticas micropolíticas cotidianas... (LAURETIS, 1994, p. 216).

No final da entrevista com o rabino, perguntamos se poderíamos entrevistar uma mulher da comunidade, ele disse que poderíamos sim entrevistar sua esposa, “mas não acho que ela teria muita coisa de diferente do que o que eu disse para falar para vocês”. Considerando que ele nos apresentou o que seria o ideal de conduta esperado de um/a judeu/ia ortodoxo/a, e considerando as implicações subjetivas das construções dos conceitos de gênero, talvez ele tenha alguma razão.

Referências bibliográficas

BEIT CHABAD: sua referência judaica na internet. <<http://www.chabad.org.br>>. Acesso em 21/06/2011.

DAMATTA, R. (1997). “Casa, rua e outro mundo: o caso do Brasil”. In: *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro, Rocco.

GEERTZ, C. (1989). “A religião como sistema cultural”. In: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara.

FRANCHETTO, B. (1981). “Antropologia e feminismo”. In: FRANCHETTO, B. et AL. (coords.) *Perspectivas antropológicas da mulher* (1). Rio de Janeiro, Zahar.

KOCHMANN, S. (2005). “O lugar da mulher no judaísmo”. In: *Revista de Estudos da Religião*. São Paulo, PUC-SP, nº2.
Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv2_2005/t_kochmann.htm>, acesso em 21/06/2011.

LAURETIS, T. de. (1994). “A tecnologia do gênero”. In: BUARQUE DE HOLLANDA, H. *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, Rocco.

MEAD, M. (1971). *Macho e fêmea: um estudo dos sexos num mundo em transformação*. Petrópolis, Vozes.

PIERUCCI, A. F. (2007). “Do feminismo igualitarista ao feminismo diferencialista e

depois". In: BRABO, T. *Gênero e educação: lutas do passado, conquistas do presente e perspectivas futuras*. São Paulo, Ícone.

SCOTT, J. (1995). "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". *Educação & realidade*. Jul/dez.

SCOTT, J. (1994). "Prefácio a Gender and Politics of History". In: *Cadernos Pagu* (3) Disponível em <http://www.pagu.unicamp.br/node/39>

Recebido em abril/2012

Aprovado em novembro/2012